

**Demonstrações Financeiras Intermediárias
em 31 de março de 2018**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	03
Balanco Orçamentário	04
Demonstrações de resultados	06
Demonstrações de resultados abrangentes	07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	08
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	09
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10





Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.252	19.131	Remunerações e Encargos	13	381	417
Créditos a receber	5	435	423	Obrigações Tributárias	14	258	581
Números vinculados a programas e projetos	6	4.291	1.462	Obrigações com convênios e contratos	15	1.048	970
Adiantamentos concedidos	7	287	521	Obrigações trabalhistas	16	1.701	2.849
Convênios a executar	8	2.072	2.107	Contas a Pagar	17	923	4.217
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	3.163	7.516	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	2.989	4.075
Outros créditos	10	169	235				
Total do ativo circulante		29.669	31.396	Total do passivo circulante		7.300	13.109
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos realizáveis	11	38	37	Provisões	11	1.543	1.495
Imobilizado	12	13.510	13.647				
Total do ativo não circulante		13.548	13.684	Total do passivo não circulante		1.543	1.495
				Total do passivo		8.843	14.604
				Patrimônio líquido			
				Superávits acumulados	18	22.918	19.236
				Superávit (déficit) do período		3.900	3.655
				Ajustes de avaliação patrimonial		7.556	7.584
				Total do patrimônio líquido		34.374	30.475
Total do ativo		43.217	45.079	Total do passivo e patrimônio líquido		43.217	45.079

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADOR - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL



Balanco Orçamentário no período findo em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% Δ (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% Δ (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	10.399	59.038	12.269	20,8%	17,9%	Despesas Correntes	8.114	61.671	8.584	13,9%	5,8%
Contribuição Social Ordinária-CSO	9.374	38.248	10.954	28,6%	16,9%	Pessoal, Encargos e Benefícios	4.780	23.531	4.951	21,0%	3,6%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	269	14.811	652	4,4%	142,5%	Serviços Profissionais e Contratados	1.830	22.805	2.268	9,9%	24,0%
Convênios (Parceiros e Sebrae/NA)	9	1.116	0	0,0%	0,0%	Demais Despesas Operacionais	866	10.165	897	8,8%	3,6%
Aplicações Financeiras	540	1.985	342	17,2%	-36,6%	Encargos Diversos	175	890	137	15,4%	-21,7%
Empresas Beneficiadas	206	2.689	317	11,4%	53,9%	Transferências	464	4.280	331	7,7%	-28,6%
Outras Receitas	1	190	3	1,8%	256,1%						
Déficit Corrente	0	0	0	0,0%	0,0%	Superávit Corrente	2.285	2.170	157	7,2%	-25,3%
Receitas de Capital	9	0	0	0,0%	0,0%	Despesas de Capital	210	1.860	51	2,8%	36,0%
Alienação de Bens	9	0	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	38	311	106	34,1%	-38,7%
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	0,0%	0,0%	Financiamentos / Amortização de Empréstimos	172	4.205			
Saldo de Exercícios Anteriores	10.408	68.047	12.269	18,0%	17,8%	Fundo de Reserva	8.324	68.047	8.741	12,8%	5,0%
Receitas Totais	10.408	68.047	12.269	18,0%	17,8%	Despesas Totais	2.084	68.047	3.528	18,0%	17,8%
Déficit Total	0	0	0	0,0%	0,0%	Superávit Total	10.408	68.047	12.269	18,0%	17,8%
Total Geral	10.408	68.047	12.269	18,0%	17,8%	Total Geral	10.408	68.047	12.269	18,0%	17,8%

Notas:

RECEITAS

Contribuição Social Ordinária-CSO - O aumento de 16,9% em relação ao período anterior, foi decorrente de valor transferido pelo Sebrae/NA, obedecendo ao regime de competência e o cronograma mensal de arrecadação da Receita Federal do Brasil - RFB (IN37 versão 21, pág. 5), cujo índice (%) de participação do Sebrae/AL passou de 1,91 para 1,95.

Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN - No primeiro trimestre do exercício anterior, os projetos novos estavam em análise e submetidos a aprovação por parte do Sebrae/NA, impactando na baixa execução, enquanto que em 2018 os projetos aprovados iniciaram a execução desde o início do exercício, conforme IN 37 versão 21 contribuindo para o aumento de 142,5%.

Aplicações Financeiras - No período anterior houve maior volume de recursos mantidos em aplicações financeiras, ocasionando maior rendimento de recursos ordinários e próprios.

Empresas Beneficiadas - O que contribuiu para o aumento de 53,9% no período, foram as consultorias realizadas pelo produto Nacional SEBRAETEC, e realização de missões.

Outras Receitas - O aumento de 256% no período foi decorrente de maior volume de receitas com aluguel de sala.

DESPESAS

Serviços Profissionais e Contratados - Fatores que contribuíram para o aumento de 24%: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirização da Central de Atendimento do Sebrae/AL (CAS), incluindo os serviços de relacionamento com clientes receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico ou digital; Mão de obra temporária para Sede, escritórios regionais de Arapiraca e Delmiro Gouveia; Contratação de estagiários.

Encargos Diversos - Um dos fatores que contribuiu para a redução de 21,7% foi menor volume de imposto de renda s/aplicações financeiras no período.

Transferências - Houve redução de 28,6% devido a menor demanda de repasses de recursos aos parceiros no período.

Investimentos/Outros - Houve um aumento de 36%, ocasionado pela contratação da ampliação do Datacenter, visando atender ao Projeto de Expansão e Modernização da infraestrutura de TI do SEBRAE/AL.

Financiamentos / Amortização de Empréstimos - A redução de 38,7% no período, foi decorrente das amortizações dos empréstimos contraídos junto ao Sebrae/NA.

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE



JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO



ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	19	11.606	9.643
Receitas empresas beneficiadas	20	317	206
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	21	-	9
Outras receitas operacionais	22	494	339
Total das receitas		12.417	10.197
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	23	(4.951)	(4.780)
Serviços profissionais e contratados	24	(2.268)	(1.830)
Custos e despesas de operacionalização	25	(897)	(866)
Encargos diversos	26	(55)	(86)
Despesas com transferências e com programas e convênios	27	(366)	(430)
Despesas com provisões	28	(96)	(106)
Depreciação e amortização		(188)	(184)
Outras despesas operacionais		-	(37)
Total de despesas		(8.821)	(8.319)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		3.596	1.878
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	29	304	516
Superávit (déficit) do exercício		3.900	2.394

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017



(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit (déficit) do período	3.900	2.394
Outros resultados abrangentes	(28)	(25)
Resultado abrangente total	3.872	2.369

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE


JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO


ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.807	7.319	7.694	26.820
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25	-	(25)	-
Superávit (déficit) do período	-	2.394	-	2.394
Saldo em 31 de março de 2017	11.832	9.713	7.669	29.214
Saldo em 1º de janeiro de 2018	19.236	3.655	7.584	30.475
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	27	-	(28)	-
Superávit (déficit) do período	-	3.900	-	3.900
Saldo em 31 de março de 2018	19.263	7.555	7.556	34.374

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO


ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	3.900	2.394
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	188	184
Resultado na venda/baixa/recálculo da depreciação do ativo imobilizado	-	(223)
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	48	12
Reversão de provisão de causas trabalhistas	-	(10)
Reversão de provisão para remuneração variável	(491)	-
	3.645	2.357
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(13)	85
Numerários vinculados a convênios e programas	(2.829)	(3.361)
Adiantamentos concedidos	234	234
Créditos com o Sistema SEBRAE	4.354	(777)
Transações com convênios a executar	35	(33)
Outros créditos	64	9
Depósitos judiciais	-	(1)
Subtotal	1.845	(3.844)
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	(357)	(322)
Obrigações com convênios e contratos	78	(63)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(3.295)	(2.500)
Obrigações trabalhistas	(657)	(609)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(981)	766
Subtotal	(5.212)	(2.728)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	278	(4.215)
Juros pagos	(5)	(12)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	273	(4.227)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(51)	(38)
Venda de imobilizado	-	9
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(51)	(29)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento		
Amortização de operações com SEBRAE Nacional	(101)	(160)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(101)	(160)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	121	(4.416)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.131	19.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.252	15.075

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (“SEBRAE/AL” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Dr. Marinho de Gusmão, nº 46, Centro, Maceió, Alagoas.

O âmbito de atuação do SEBRAE/AL constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Alagoas, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/AL recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

SEBRAE Nacional e demais SEBRAE’s dos outros estados da federação;

Federação do Comércio do Estado de Alagoas - FECOMÉRCIO;

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA;

Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS;

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL;

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL;

Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR

Universidade Federal de Alagoas - UFAL;

Banco do Brasil - BB;

Caixa Econômica Federal - CEF;

Instituto Euvaldo Lodi - IEL;

Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda.; e

Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio Econômico de Alagoas - AMICRED.

O SEBRAE/AL é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e, portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

O SEBRAE/AL faz o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005 que define as notas fiscais de serviços, regulamenta a forma e prazo de

recolhimento e, especificamente para os escritórios nos municípios de Penedo e Delmiro Gouveia.

Em virtude da decisão judicial emanada da Secretaria de Administração e Finanças dos Municípios de Maceió e Arapiraca, estão imunes desse imposto, os escritórios da sede localizado na rua Dr. Marinho de Gusmão, 46 – Centro, e o escritório Regional de Arapiraca, conforme Ofícios SMF 171/2003 e SMEF 133/2013, respectivamente.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (CFC)

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 11) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 30). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa 19). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 19).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 21).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 20).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como créditos a receber, numerários vinculados a programas e projetos, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE, convênios a executar e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a programas e projetos não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 17).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 12)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentados na nota 12.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº12).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser

razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 11)

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 13)

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de

benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/NA contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 30).

4 Caixa e equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, cuja posição, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa - fundo fixo (i)	10	10
Banco conta movimento (i)	138	42
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	19.104	19.079
Total	19.252	19.131

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e contas-correntes bancárias, cuja posição, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	110	36
Caixa Econômica Federal	13	1
Banco do Nordeste	15	5
Total	138	42

- (ii) São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, destinados à manutenção operacional e administrativa da entidade, cuja posição, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Aplicações Financeiras	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil (ii)	BB Milênio 10	16.037	13.259
Caixa Econômica Federal (ii)	FIF Caixa	4.094	4.049
Banco do Nordeste (ii)	BNB FI DI Especial F	1.813	1.789
Provisão para IRRF (iii)		(66)	(18)
Total		21.878	19.079
Aplicação conta vinculada CSN (iv)		(2.774)	-
Total		19.104	19.079

- (iii) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

- (iv) Os recursos vinculados a CSN foram segregados da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", por não representarem recursos de livre movimentação, conforme descritivo na nota explicativa nº 6.




Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/03/2018	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade de SEBRAE/AL no FI (%)	Valor unitário da cota 31/03/2018	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/03/2018
Banco do Brasil Caixa Econômica Federal Banco do Nordeste	313.289.548 199.266.025 45.957.034	1.105.634 467.480 153.731	0,3529 0,2346 0,3345	8,878398 8,758204 11,796303	Não Não Não	Renda Fixa Renda Fixa Renda Fixa	13.214 4.082 1.808 19.104

5 Créditos a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	4	5
Cheques e cartão (ii)	<u>431</u>	<u>418</u>
Total	<u>435</u>	<u>423</u>

- (i) Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.
- (ii) Refere-se a cheques e cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

6 Numerários vinculados a programas e projetos

Os valores reservados aos convênios e programas sob execução do SEBRAE/AL são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

	31/03/2018	31/12/2017
Contas correntes convênios- Banco do Brasil (i)	128	51
Aplicações financeiras convênios - Banco do Brasil (i)	1.152	1.167
Aplicações financeiras convênios - CEF (i)	237	244
Aplicações financeiras CSN – Banco do Brasil (ii)	<u>2.774</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.291</u>	<u>1.462</u>

- (i) Os saldos das contas vinculadas a convênios compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/AL. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro está prevista em contrato. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", detalhados na Nota Explicativa nº 15.

- (ii) O saldo da conta vinculada a CSN é proveniente de recursos recebidos do SEBRAE/NA destinados a chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais e programas nacionais, sendo baixado mensalmente ao longo do exercício de acordo com as despesas executadas em cada projeto, registrado na rubrica "Transações do sistema SEBRAE", detalhados na Nota Explicativa nº9.(b)

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/03/2018	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade e SEBRAE/ AL no FI (%)	Valor unitário da cota 31/03/2018	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/03/2018
Banco do Brasil - Convênios	313.289.548	129.673	0,0414	8,878398	Não	Renda Fixa	1.152
Banco do Brasil - CSN	313.289.548	700.662	0,2236	8,878398	Não	Renda Fixa	2.774
Caixa Econômica Federal - Convênios	199.266.025	78.736	0,0395	8,758204	Não	Renda Fixa	237
							4.163

7 Adiantamentos Concedidos

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento de Férias (i)	43	423
Outros adiantamentos a funcionários (ii)	244	98
Total	287	521

(i) Adiantamento de férias aos funcionários que sairão de férias no mês subsequente;

(ii) Empréstimos concedidos por ocasião do retorno das férias e para compra de material escolar.

8 Convênios a executar

Parceiros	Convênio	31/03/2018	31/12/2017
RMAL	01/14	208	208
FEDERALAGOAS	05/15	239	239
SINDIPAN	09/15	164	164
SINDUSCON	08/15	248	155
SENAR	01/15	168	168
UFAL	12/14	64	64
SENAR	10/15	29	29
UFAL	04/16	43	43
SINDICER	05/16	185	184
FIEA	01/17	234	234
SENAR	02/17	90	90
MAC	03/17	86	215
FAPEAL	05/17	182	182
FEJAL	36/17	30	30
SINPLAST	06/17	50	50
SEDETUR	35/17	15	15
FECOMÉRCIO	42/17	37	37
Total		2.072	2.107

Referem-se a recursos de convênios repassados as entidades parceiras que ainda não foram executados.

9 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a) Créditos com o sistema SEBRAE
- b) Obrigações com Sistema SEBRAE
- c) Pessoal chave da Administração
- d) Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	31/03/2018	31/12/2017
Recursos de CSN a receber (i)	-	1.003
Recursos de CSO a receber (ii)	3.163	6.513
Total	3.163	7.516

- (i) É registrado nesta rubrica o reconhecimento da contrapartida de receita com CSN à medida que as correspondentes despesas são incorridas, conforme o que prevê a IN 37 Versão 21:

13.8.1 A incorporação da CSN no cenário de recursos autoriza o SEBRAE/UF a executar as iniciativas. A execução, com base no relatório de acompanhamento da CSN do SME, configura direito do SEBRAE/UF, desde que o SEBRAE/UF tenha cumprido e registrado nos sistemas de acompanhamento as metas pactuadas com o SEBRAE/NA.

- (ii) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias – CSO". O valor a receber registrado em dezembro de 2017 é referente a parcela do mês de dezembro acrescida da folha do 13º das grandes empresas, cujo recebimento ocorreu em janeiro/2018.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o sistema SEBRAE

	31/03/2018	31/12/2017
CSN a devolver (i)	-	3.760
CSN a comprovar (ii)	2.774	-
Adiantamentos do SEBRAE/NA (iii)	215	315
Total	2.989	4.075

(i) Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício os acertos contábeis no SEBRAE/AL e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais – CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam.
- (iii) Estão contabilizados ainda nesta rubrica, os adiantamentos recebidos através do SEBRAE/NA para fazer face aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL e aquisição de licença Microsoft.

Em 31 de março de 2018, a entidade apresenta saldo de empréstimos com o sistema Sebrae no montante de R\$ 215 e em 2017: R\$ 315, correspondente aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL e aquisição de licença Microsoft.

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	315	906
Captação	-	-
Juros incorridos	5	36
Pagamentos principal/juros	(105)	(1.078)
Saldo Final	215	315

Termos e condições

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa	Ano vencto.	2018	2017
365/2013	09/09/2013	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	6,5% a.a.	set/18	215	315
Total							<u>215</u>	<u>315</u>

O Sebrae Alagoas celebrou empréstimos com o Sebrae Nacional, conforme descritos a seguir:

Contrato 365/13, no montante de R\$ 1.600 em 09 de setembro de 2013, com vistas a aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do Sebrae Alagoas, liberado em uma única parcela. 120 (cento e vinte) dias após o desembolso do empréstimo, o Sebrae Alagoas deverá encaminhar ao Sebrae Nacional, o comprovante da compra do registro do imóvel. O valor contratado será pago em 60 parcelas, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento da primeira parcela em outubro de 2013 e da última em setembro de 2018, com comprometimento anual máximo da receita advinda da contribuição social ordinária de até 1,04%.

c. Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém cláusula que estabelece que a não aplicação do recurso liberado pelo Sebrae Nacional, será motivo de rescisão, e os valores remanescentes em débitos serão descontados, de uma só vez, da primeira transferência ordinária a que tenha direito e que se seguir à inadimplência.

d. Transações de resultado - Receitas

	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	10.954	9.374
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>652</u>	<u>269</u>
Total	<u>11.606</u>	<u>9.643</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

e. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/AL é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	(337)	(330)
Benefícios	(28)	(30)
Total	(365)	(360)

10 Outros créditos

Esse grupo de contas representa os valores a receber de convênios com outras Entidades; depósitos de cauções recebidos em garantia de contratos de fornecedores decorrentes de processos licitatórios; pagamentos contratados em determinado período serão apropriados como despesas nos meses subsequentes (prêmios de seguros, IPTU, IPVA), bem como os ressarcimentos de assistência médica de funcionários afastados.

	31/03/2018	31/12/2017
Convênios a receber de outras entidades	4	4
Depósitos restituíveis e valores vinculados	104	68
Despesas pagas antecipadamente	59	58
Outros créditos (i)	2	105
Total	169	235

(i) Recuperação de créditos tributários – Contribuição Previdenciária sobre serviços tomados de cooperativa de trabalho, conforme parecer jurídico.

11 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/AL como risco “provável” de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos trabalhistas	38	37	1.461	1.416
Riscos cíveis	-	-	82	79
Total	38	37	1.543	1.495

A movimentação do saldo da conta de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.495	983
Reversão da provisão	-	(68)
Incremento da provisão	48	580
Saldo final	1.543	1.495

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/AL.

12 Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Custo contábil					
Terreno	-	5.165	-	-	5.165
Edificações	4%	8.048	-	-	8.048
Móveis e utensílios	7,94%	1.047	-	-	1.047
Veículos e acessórios	20% e 25%	738	-	-	738
Máquinas e equipamentos	7,27%	1.671	-	-	1.671
Equipamentos de informática	24,78%	3.541	278	-	3.819
Instalações	10%	611	-	-	611
Bens de terceiros	4% e 15%	529	-	-	529
Aquisições em Andamento		227	-	(227)	-
Obras de Arte		6	-	-	6
Total do custo		21.583	278	(227)	21.634
Total da depreciação acumulada		(7.936)	(188)	-	(8.124)
Total líquido		13.647	90	(227)	13.510

13 Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados e encargos a recolher como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Encargos sociais a recolher	375	409
Consignações da folha de pagamento	6	8
Total	381	417

14 Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de obrigações acessórias, de retenções de impostos, de folha de empregados, terceiros, serviços e outros como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
IRRF – Salário	108	258
IRRF – PF	2	5
IRRF – PJ	6	28
ISS – PJ	51	124
ISS – Prestador de Serviços	1	1
INSS – PF 11%	1	1
INSS – PF 20%	3	6
INSS – PJ	51	79
PIS a Recolher	9	18
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	26	61
Total	258	581

15 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	713	694
Convênio SEBRAE/SINDIPAN	93	93
Convênio SINDUSCON	50	24
Convênio SEBRAE/BRASKEN	29	-
Convênio SEDETUR	111	107
Convênio MODA ALAGOAS	52	52
Total	1.048	970

Os valores a comprovar referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

16 Obrigações trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações sobre férias e 13º salário	1.701	1.915
Obrigações sobre Remuneração Variável (i)	-	934
Total	1.701	2.849

A remuneração variável tem como base o desempenho geral do SEBRAE/AL, da equipe e individual, conforme SGP 7.2 que regulamenta seus percentuais para pagamento.

17 Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores (i)	818	4.149
Cauções e Depósitos	<u>105</u>	<u>68</u>
Total	<u>923</u>	<u>4.217</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade.

18 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da entidade.

19 Receitas com contribuição social (CSO e CSN)

	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO) (i)	10.954	9.374
Contribuição Social Nacional (CSN) (ii)	<u>652</u>	<u>269</u>
Total	<u>11.606</u>	<u>9.643</u>

(i) **Contribuição Social Ordinária - CSO**

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

(ii) **Contribuição Social Nacional (CSN)**

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF na execução direta, em parceria ou não com outras entidades de:

- Chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais, programas nacionais;
- Atividades de atendimento com aplicação específica em produtos, serviços e canais de atendimento, segundo a estratégia nacional de atuação com desdobramento nas estratégias locais;
- Despesas de viagens dos SEBRAE/UF com orçamento das unidades do SEBRAE/NA.

20 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	31/03/2018	31/03/2017
Consultoria	228	159
Feiras	44	15
Treinamentos	18	19
EMPRETEC	27	11
Outras	-	2
Total	317	206

O que contribuiu para o aumento no período, foram as consultorias realizadas pelo produto Nacional SEBRAETEC, e realização de missões.

21 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nesta rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/AL.

	31/03/2018	31/03/2017
Convênio SEPLANDE/FIEA 06/2012	-	9
Total	-	9

22 Outras receitas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	1	-
Reversão de provisões (i)	491	7
Receitas exercícios anteriores	-	321
Alugueis	2	1
Variações monetárias ativas	-	1
Receitas na alienação de ativo imobilizado	-	9
Total	494	339

- (i) A reversão foi decorrente da remuneração variável constituída em 2017 em 100%, cujas metas não foram atingidas em sua totalidade, sendo o saldo remanescente registrado na rubrica "Reversão de Provisões".

23 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

	31/03/2018	31/03/2017
Salário e proventos	(2.459)	(2.413)
Encargos sociais	(926)	(874)
Benefícios Sociais	(987)	(913)
Férias	(297)	(324)
13º. Salário	(220)	(216)
Outros gastos com pessoal	(62)	(40)
Total	(4.951)	(4.780)

24 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	31/03/2018	31/03/2017
Instrutoria e Consultoria (i)	(545)	(360)
Demais serviços contratados (ii)	(984)	(641)
Serviços técnicos e especializados (iii)	(395)	(293)
Manutenção, segurança e limpeza (iv)	(340)	(535)
Encargos sociais s/ serviços de terceiros	(4)	(1)
Total	(2.268)	(1.830)

- (i) Este grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais. Citamos alguns eventos que contribuíram para o aumento no período:

Contratação de empresa através do credenciado Amarilio Monteiro para realizar como 2º facilitador do Empretec que ocorreu no período de 29/01 à 03/02/2018 objetivando promover uma verdadeira transformação no comportamento do empreendedor.

Consultoria em Agricultura de Precisão: Mapa de Fertilidade de Solo com o objetivo de visualizar a deficiência nutricional do solo, entendendo a dinâmica de racionalização do uso de insumos e fertilizantes, para balancear os nutrientes para as plantas em todas as áreas, através da construção de mapa de fertilidade específica dos talhões em análise.

Contratação da consultora Nicolle Alencar, objetivando a supervisão sistemática do AGENTES LOCAIS DE INOVAÇÃO (ALI) em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica no 78/2010 firmado entre o CNPq e o SEBRAE Nacional em Arapiraca e Palmeira dos Índios, com abrangência no setor de Comercio Varejista e Serviços e com a finalidade aumentar a competitividade das Micro e Pequenas Empresas da região.

3

R

- (ii) Estas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e contrato de patrocínio. O aumento no período foi decorrente dos fatores:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de terceirização da Central de Atendimento do Sebrae/AL (CAS), incluindo os serviços de relacionamento com clientes receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico ou digital.

Mão de obra temporária para Sede, escritórios regionais de Arapiraca e Delmiro Gouveia;

Contratação de estagiários.

- (iii) Este grupo de despesas está representado, substancialmente, por serviços prestados por empresas de advocacia, estudos, pesquisas e análises técnicas, produção e edição de materiais audiovisuais, entre outros. O aumento no período foi decorrente dos eventos:

Contratação da FUNDEPES como ECTI (Empresa de Ciência, Tecnologia e Inovação) executora dos serviços profissionais especializados nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, para execução do projeto Stant - Sistema de Gerenciamento de Obras e Medições da empresa Stant Licenciamento de Software LTDA. – EPP;

Contratação da empresa Instituto Ambiental Brasil Sustentável, especializada em desenvolvimento territorial/setorial com foco no setor produtivo, para atuação junto aos arranjos produtivos locais, visando o incremento da competitividade de ME, EPP e EI e execução de articulação institucional para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental de Alagoas.

- (iv) Estas despesas estão relacionadas com segurança, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, instalações, veículos entre outros.

25 Custos e despesas com operacionalização

Neste grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de viagem	(239)	(259)
Serviços gráficos e de reprodução	(110)	(124)
Demais custo e despesas gerais	(185)	(177)
Alugueis e encargos	(67)	(81)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(65)	(22)
Materiais de consumo	(74)	(105)
Serviço de comunicação em geral	(157)	(98)
Total	(897)	(866)

26 Encargos Diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

	31/03/2018	31/03/2017
ISS	(1)	(1)
IPVA	(2)	(3)
IPTU	(1)	-
IR S/Aplicação Financeira	(22)	(54)
PIS	(26)	(26)
Taxas	(1)	(1)
Outros Impostos e Contribuições	(2)	(1)
Total	(55)	(86)

27 Despesas com transferências e com programas e convênios

Referem-se aos valores executados e comprovados, por meio de prestações de contas de parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com a programação prevista no plano de trabalho do exercício.

	31/03/2018	31/03/2017
SINDICER - Convênio 09/2014	-	(108)
FEDERALAGOAS - Convênio 05/2015	-	(140)
IEL - Convênio 01/2016	-	(47)
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 02/2016	-	(106)
SINDICER - Convênio 05/2016	(182)	(29)
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 03/2017	(184)	-
Total	(366)	(430)

28 Despesas com provisões

	31/03/2018	31/03/2017
Provisões para Riscos Fiscais e Outras (i)	(48)	(30)
Provisões para Imposto de Renda aplicações Financeiras	(48)	(76)
Total	(96)	(106)

- (i) Despesa com constituição de processo trabalhista conforme relatório dos assessores jurídicos do SEBRAE/AL.

29 Resultado financeiro líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações monetárias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

	31/03/2018	31/03/2017
Rendimentos financeiros		
Rendimentos recursos ordinários	111	181
Rendimentos recursos próprios	231	359
Subtotal	<u>342</u>	<u>540</u>
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	(34)	(13)
Subtotal	<u>(34)</u>	<u>(13)</u>
Variação Monetária Ativa	<u>-</u>	<u>1</u>
(-) Variação Monetária Passiva	<u>(4)</u>	<u>(12)</u>
Total receita financeira líquida	<u>304</u>	<u>516</u>

30 Benefícios a empregados pós-emprego

30.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.g, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal;
Aposentadoria antecipada;
Aposentadoria por invalidez;
Pensão por morte;
Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez;
Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;
Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE Nacional contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

Observado a Avaliação Atuarial do exercício de 2017 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificado a inexistência de Passivo Atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018.

31 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
Contas a receber;
Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais;
Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

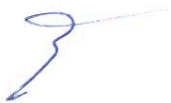
Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.252	19.131
Créditos a receber	5	435	423
Numerários vinculados a programas e projetos	6	4.291	1.462
Adiantamentos concedidos	7	287	521
Convênios a executar	8	2.072	2.107
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	3.163	7.516
Outros créditos	10	169	235
Total		29.669	31.395

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.



Em 31 de março de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e encargos	381	381	-	-
Obrigações Tributárias	258	258	-	-
Obrigações com convênios e contratos	1.048	-	1.048	-
Obrigações trabalhistas	1.701	-	1.701	-
Contas a Pagar	923	818	105	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE (CP+LP)	2.989	215	2.774	-
Total	7.300	1.672	5.628	-

Em 31 de março de 2018, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.


A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE



JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO



ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1